

Um breve estudo sobre a dominação temporal do capital a partir da concepção de Moïshe Postone

Álvaro Martins Siqueira[†]

Resumo: O objetivo deste artigo é investigar o tempo enquanto dimensão da dominação social do modo de produção capitalista. Para isso articula sobretudo o próprio texto marxiano e as contribuições de Moïshe Postone. Para cumprir a investigação proposta, o artigo é dividido em três partes. Na primeira apresentamos e indicamos os pontos mais importantes da análise sobre a ascensão social do tempo abstrato desde o período pré-capitalista. Segue-se a ela uma discussão sobre o conceito de mais-valor relativo enquanto categoria chave da dinâmica que se relaciona com a dominação temporal. Na terceira e última seção, é destacada a interação entre tempo histórico e tempo abstrato, enfatizando como sua articulação ao mesmo tempo transforma as condições de produção e reconstitui a necessidade de produzir valor.

Palavras-chave: Tempo; Marx; Dominação Social.

Abstract: The purpose of this paper is to account for the time dimension of the capitalist social domination. In order to do so, it articulates mainly Marx own writings and the contributions of Moïshe Postone. The paper is divided in three parts. On the first one, it is indicated and presented the most important aspects of the analysis about the rise of abstract time since the pre-capitalist period. This part is followed by a discussion about the concept of relative surplus-value. Lastly, it is considered the interaction of abstract and historical time, underlining how their articulation transform the conditions of production at the same time that restores the necessity of value production.

Key-words: Time; Marx; Social Domination.

[†] Doutorando do programa de pós-graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e bolsista FAPERJ nota 10. E-mail: alvaromsiqueira@gmail.com. Agradeço ao professor Mario Duayer pelas aulas que me motivaram a redigir este artigo e aos colegas do GEPOC pelas discussões sobre o tema. Também agradeço ao professor Eduardo Sá Barreto pelos comentários feitos à uma versão preliminar. Todos os equívocos são, como não poderiam deixar de ser, de responsabilidade exclusiva do autor.

Introdução

O tempo, enquanto categoria fundamental das formas de existência, inclusive a humana, é um importante objeto de consideração das mais importantes correntes de pensamento. E isso não poderia deixar de acontecer com a análise de Marx, enquanto teoria que almeja explicar o modo de produção capitalista. William Booth, por exemplo, ao tentar estabelecer uma abordagem do tempo que supere a “concepção padrão sobre o conceito marxiano de tempo”, chega a afirmar que “nenhum filósofo político moderno esteve tão preocupado com a questão do tempo [...] quanto Marx” (BOOTH, 1991, p. 8).

Contudo, como sugere o autor, a preocupação de Marx com o tempo não significa, de forma alguma, que essa dimensão da análise tenha sido devidamente absorvida pelo marxismo. Karen Miller, além de subscrever esse caráter fundamental do tempo para o pensamento de Marx, acrescenta que a difícil assimilação de sua importância se deve em grande medida ao fato de Marx não ter articulado explicitamente esse conceito em algum escrito. Por isso, diz a autora que “as ideias de Marx sobre o tempo como foram expressas em seus textos [...] permaneceram largamente não examinadas até a publicação de *Tempo, trabalho e dominação social*, de Moishe Postone, em 1993” (MILLER, 2004, p. 209).

Por um lado, seria falso afirmar que o trabalho de Postone inaugura a análise do tempo como um campo até então desconhecido pelo Marxismo. Thompson (1967), entre outros, poderia ser citado. Por outro, é possível argumentar que boa parte dos estudos sistemáticos sobre o tempo trata esse conceito como meramente auxiliar ao domínio do valor; e não é nem um pouco difícil encontrar abordagens que de fato entendam o tempo em Marx apenas como instrumento para uma explicação dos preços ou da noção de exploração. O caráter decisivo da contribuição de Postone para entender o tempo a partir da perspectiva marxista reside em compreendê-lo como elemento central na moderna sociedade capitalista.

Com este artigo espera-se apresentar a reinterpretação de Marx por Postone enquanto análise que parte dos conceitos fundamentais do texto marxiano e mostrar que o tempo, além de fundamental na estrutura dessa sociedade, tem natureza dupla, que requer uma elaboração teórica adequada. Não seria possível analisar em detalhes, neste espaço, as justas críticas que poderiam ser feitas ao pensamento de Postone, e menos ainda explicar as fontes desses problemas. As seções seguintes procuram apresentar elementos produtivos e enriquecedores para uma reinterpretação de Marx.

A discussão sobre o tempo levantada por Moishe Postone em *Tempo, trabalho e dominação social* tem dois momentos centrais. No primeiro deles o autor discute i) a grandeza do valor, determinada pelo tempo de trabalho socialmente necessário, e a medida temporal abstrata do valor – sua dimensão quantitativa e qualitativa. Além disso, Postone ii) revisita algumas das principais contribuições sobre o tempo e com uma reconstituição histórica destaca também as definições de tempo concreto e abstrato como o elemento central para compreender a temporalidade no capitalismo (Postone, 2014, p. 217-60). No segundo momento, ele argumenta que o capitalismo desenvolve duas temporalidades próprias, uma abstrata e outra histórica, que interagem produzindo uma dinâmica histórica imanente cujo resultado é uma constante reconstituição das necessidades presentes de produção de valor, como se estas fossem eternas (Postone, 2014, p. 329-53). Nesta primeira seção do trabalho, apresentamos de maneira resumida o primeiro argumento de Postone, enfatizando ao final de que maneira a vida social mediada pelo trabalho desempenhou um papel ativo no desenvolvimento do tempo abstrato. Essa elaboração fundamenta o mencionado segundo momento importante da análise do tempo, isto é, a discussão sobre a dinâmica entre tempo histórico e tempo abstrato, que é o objeto da última seção.

1 Desenvolvimento histórico da noção de tempo abstrato, independente

O ponto de partida de Postone para a análise do tempo em Marx é a dimensão quantitativa das relações mediadas pelo valor, isto é, a grandeza do valor. Como a compreensão da quantificabilidade do valor (que tem efeitos também qualitativos, como apontamos mais à frente, sobretudo ao discutir o tempo histórico) depende da compreensão do elemento determinante da quantidade, e esse elemento possui um caráter temporal¹, é importante a definição do tempo de trabalho socialmente necessário.

Sobre o tempo de trabalho socialmente necessário, são enfatizadas suas características enquanto medida do valor. Postone explica seu caráter i) *social*, pois depende da capacidade de produção conjunta da sociedade historicamente determinada, e isso envolve uma “mediação socialmente geral da ação individual” (POSTONE, 2014, p. 222); e ii) *necessário*, pois o tempo de trabalho expressa, socialmente, uma norma geral

¹ Não custa lembrar que a criação de valor é resultado da atividade do trabalhador, mas o trabalhador “adiciona uma grandeza determinada de valor não porque seu trabalho tenha um conteúdo útil particular, mas porque dura um tempo determinado” MARX, Karl. **O capital**: crítica da Economia Política, Livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013 p. 278.

obrigatória, ou seja, o produtor é obrigado a vender mercadorias para sobreviver e, para que o valor do produto seja igual ao valor do tempo de trabalho (para que taxa de maisvalor individual não caia abaixo da média do setor), o seu tempo de trabalho concreto precisa ser igual ao tempo de trabalho socialmente necessário.

Postone argumenta que tanto os autores da Economia Política quanto parte dos intérpretes de Marx desenvolvem análises problemáticas sobre a grandeza do valor. Os primeiros, pois simplesmente reduzem a questão a um problema de valores de troca relativos; os últimos, os próprios marxistas, pois tratam, segundo Postone, a grandeza do valor “apenas como a quantificação da dimensão qualitativa do valor, em vez de uma nova determinação qualitativa da formação social” (POSTONE, 2014, p. 218). Para Postone é importante mostrar que o tempo de trabalho socialmente necessário não é apenas o valor da mercadoria determinado por relações de mercado, mas sim que representa a dimensão temporal da dominação abstrata, com um caráter também qualitativo próprio. À primeira vista, já se pode constatar que o tempo de trabalho socialmente necessário é uma dimensão da dominação abstrata pois é uma medida simultaneamente não individual e não contingente. Não é individual, pois a produção não é definida no nível individual, ou seja, não é um indivíduo, produtor ou não, que define ou decide sobre sua própria produção. Nem é contingente, pois a adesão à norma do tempo de trabalho não é opcional, ela faz parte da mediação social pelo trabalho. Em síntese, “a totalidade social constituída pelo trabalho como mediação geral objetiva tem um caráter temporal, no qual *o tempo se torna uma necessidade*” (POSTONE, 2014, p. 223).

Para fundamentar sua reinterpretação sobre o tempo de trabalho, que é simultaneamente social e necessário, Postone considera também alguns autores que discutem a formação e definição da temporalidade moderna². Isso é necessário para defender mais adiante que a emergência do tempo abstrato, que é a medida do trabalho socialmente necessário, está vinculada ao desenvolvimento da forma-mercadoria (Postone, 2014, p. 245). Além disso, a menção àqueles autores é capaz de reforçar uma proposição marxista sobre amplitude da dominação do tempo, que parte das dimensões de produção e circulação, mas se expande também para as outras dimensões da vida (Postone, 2014, p. 249). A questão inicialmente decisiva para essa fundamentação é a

² Cf. WHITROW, Gerald J. **The nature of time**. Londres: Penguin, 1975; LANDES, David S. **Revolution in time**. Cambridge: Harvard Press, 1983; e LE GOFF, Jacques. Merchant's time and church's time in the middle ages. In: **Time, Work, & Culture in the Middle Ages**. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

determinação do tempo como uma variável que pode ser dependente (tempo concreto) ou independente (tempo abstrato) de eventos.

O tempo concreto consiste em um tipo de tempo que é função dos eventos, representa a duração, por exemplo, de fases da vida humana (infância, maturidade, puberdade, etc), de ciclos naturais (movimento de rotação da terra, ciclo lunar, estações do ano etc.), execução de tarefas e desenrolar de processos. Em termos históricos, não só as concepções cíclicas de tempo estão contidas no tempo concreto (como no caso dos ciclos da lua), mas também algumas concepções lineares que dependem de eventos, como a noção judaica de história, que caminha para a volta do messias. A característica definidora do tempo concreto como o descrevemos é, portanto, ser uma variável dependente. O fator decisivo para isso é que a unidade de tempo não é constante, uma vez que varia conforme o evento do qual ela depende. Esse tempo é, em uma palavra, função dos acontecimentos (POSTONE, 2014, p. 234).

Já o tempo abstrato é um tempo uniforme, contínuo, homogêneo, “vazio” e independente de eventos. É tempo independente dos eventos, pois são os eventos, processos, ações etc. que se desenrolam no tempo abstrato, dividido em unidades constantes, iguais e qualitativamente idênticas, (com partes) intercambiáveis. É importante observar que, nesse caso, é a medida de tempo que figura como referência para os eventos – o oposto do que ocorre quanto ao tempo concreto. Em síntese, podemos dizer que esse tempo é independente de eventos e homogeniza as durações. É a emergência desse tipo de tempo, fundamental para a mediação do valor, que procuramos esclarecer ao longo dessa seção.

Com base em uma digressão histórica, Postone sustenta que o tempo abstrato tem origem na pré-história do capitalismo, na alta idade média, entre os séculos XIV e XVII, com a constituição e disseminação das relações sociais baseadas na forma-mercadoria. Nessa digressão, descreve o surgimento do relógio mecânico a partir de práticas medievais, sobretudo religiosas. Explica a diferença entre horas variáveis (cada hora do dia teria uma influência e função específica, significativa) e horas constantes (horas intercambiáveis, homogêneas), e assinala que a passagem de uma forma de medição para a outra marca, implicitamente, o surgimento do tempo abstrato (Postone, 2014, p. 235-6).

Seria tentador concluir, assim, que a invenção do relógio cria também a forma abstrata de medir o tempo. E, de fato, não é pequena a importância do ponto de vista social e científico de invenções de instrumentos como relógio e telescópio. Roy Bhaskar comenta a importância de tais instrumentos, por exemplo, na confirmação da dinâmica

de Galileu que é “postergada por um longo período pela dificuldade de medição da ‘magnitude mais fundamental da dinâmica’, i. é, o tempo” (BHASKAR, 2008, p. 45, tradução nossa). Mas não é dessa forma que se pode compreender a necessidade da existência e medição do tempo abstrato. Contra a noção de que o tempo abstrato existe em função do relógio³, Postone enfatiza o fato que o relógio mecânico, “em si e por si, não deu origem ao tempo abstrato” (POSTONE, 2014, p. 239). Ao contrário, a história do tempo abstrato parece indicar que o relógio mecânico foi aperfeiçoado e se disseminou para reforçar um processo sociocultural já existente (Postone, 2014, p. 236).

Nos capítulos sobre a manufatura e maquinaria, também é possível confirmar que relação entre invenção e o processo social ao qual ela atende é compreendido dessa maneira por Marx. A maquinaria por muito tempo exerceu uma função secundária e uso esporádico da produção, até que fosse aperfeiçoada (desde o trabalhador coletivo enquanto maquinaria até o sistema de maquinaria movido pela máquina a vapor) e reestruturada para substituir a base material inadequada encontrada já pronta pelo capital. Mas não é a invenção da máquina a vapor, por si só, que revoluciona a produção:

A própria máquina a vapor, tal como foi inventada no fim do século XVII, no período da manufatura, e tal como continuou a existir até o começo dos anos 1780, não provocou nenhuma revolução industrial. O que se deu foi o contrário: a criação das máquinas-ferramentas é que tornou necessária a máquina a vapor revolucionada (MARX, 2013, p. 449).

Contra o determinismo tecnológico Postone mostra, analogamente, que foi o relógio mecânico que se tornou necessário a partir da necessidade de medição predominantemente abstrata do tempo. O autor oferece um fundamento histórico para seu argumento ao citar sociedades pré-capitalistas cuja vida ainda era regulada por horas variáveis, apesar de possuir os meios técnicos para marcação de horas constantes. Os chineses, por exemplo, desenvolveram uma técnica para medir horas constantes já no século XI, com um relógio astronômico movido a água.

Para explicar socialmente o tempo abstrato, o ponto de partida é a preocupação ou necessidade de uma medição rigorosa do tempo, que teve sua origem nos mosteiros e centros urbanos (Postone, 2014, p. 240). Nas ordens religiosas, o tempo precisou ser disciplinarmente controlado para organizar a vida religiosa e os projetos relativamente

³ Gustav Bilfinger, por exemplo, defende que o sistema adequado ao que Postone chama de tempo abstrato, i. é, o sistema com horas constantes, não pôde surgir antes pela falta de interesse político da igreja, ao contrário da burguesia urbana, em abrir mão das horas canônicas variáveis, desenvolver e explorar o relógio mecânico, e “isso sugere que o sistema de horas constantes [nos centros urbanos] resultou de uma inovação tecnológica na ausência de restrições sociais” (POSTONE, 2014, p. 242).

grandes de agricultura, manufatura e mineração nos mosteiros. Contudo, embora os mosteiros tenham desenvolvido essa disciplina em relação ao tempo, é nos centros urbanos que o tempo abstrato se desenvolve efetivamente, conforme as horas variáveis (heterogêneas) são substituídas pela adoção de horas constantes (homogêneas).

Com a intenção de evitar que o surgimento das horas constantes e do tempo abstrato apareça como uma contingência histórica, Postone recorre em vários momentos à investigação de Jacques Le Goff sobre o tempo da Igreja e o tempo dos mercadores. Le Goff relata a disseminação de vários tipos de sinos nas cidades medievais, “especialmente as campainhas de trabalho” (LE GOFF, 1980, p. 36). Para explicar a questão em tela, aspecto decisivo da produção dessa época era “uma forma de produção de relativa larga escala, sob controle privado para troca (isto é, visando lucro) baseada em trabalho assalariado e que tanto pressupunha como contribuía para a crescente monetarização de alguns setores da sociedade medieval” (POSTONE, 2014, p. 243).

O lucro dos mercadores dependia, além do custo das matérias-primas e instrumentos de trabalho, da diferença entre o valor de venda do tecido produzido e os salários pagos. Isto é, o lucro dos mercadores aparecia como resultado da produtividade do trabalho dos artesãos, que dependia, por sua vez, “do grau em que este podia ser disciplinado e coordenado de maneira regular” (POSTONE, 2014, p. 244)⁴. Com essa especificidade do trabalho dentro dos centros urbanos a produtividade assume neles uma importância que não podia ser observada nos mosteiros. Além disso, como a remuneração dos trabalhadores a serviço do mercado eram efetuadas diariamente, a determinação da jornada de trabalho se tornou objeto de disputa entre os próprios trabalhadores, que barganhavam para que suas jornadas fossem *ampliadas*, com a finalidade de aumentar seus salários, cujo valor real se encontrava, diga-se de passagem, diminuído por uma crise (Postone, 2014, p. 244).

Isso marca, por um lado, o rompimento com a duração da jornada de trabalho naturalmente determinada por um evento, isto é, pelo nascer e pôr do sol e, por outro lado, define uma tendência ou movimento social geral em direção ao sistema de horas uniformes, que emerge fora das ordens religiosas e dos mosteiros. Nos centros urbanos, o dia de trabalho precisava ser definido com unidades independentes de tempo, que não

⁴ A relação entre a marcação abstrata do tempo e a evolução da disciplina laboral, inclusive sobre se os fatores predominantes para a consolidação da disciplina pelo tempo são internos ao próprio processo de produção ou são relativos aos impulsos “externos” (educação, legislação, etc), é analisada de modo mais detido por Thompson em *Time, work-discipline, and industrial capitalism*, 1967.

mais obedeciam a elementos sazonais como estações ou durações de luz e escuridão (Postone, 2014, p. 245). Por isso, em síntese, a temporalidade se torna a medida das atividades, em contraposição a uma temporalidade medida por eventos. Progressivamente, as formas concretas de medir o tempo passam a ser substituídas pelo tempo abstrato.

É importante destacar, ao analisar o surgimento da temporalidade abstrata, que ela não é mais uma simples medida, mas se converte em uma norma para a atividade (particularmente, para o trabalho). A noção de produtividade do trabalho já está explícita na vinculação direta entre o nível de salários pagos e a produção do trabalho medida no tempo. Pode-se concluir, então, que o tempo abstrato surge na idade média, mas somente no século XVII com a invenção do relógio de pêndulo ele se generalizou. Além disso, o progresso e evolução do tempo abstrato está vinculado não ao desaparecimento de restrições impostas pelo poder eclesiástico, mas ao progresso do capitalismo como modo de vida e da dominação da forma-mercadoria. Por fim, o ponto decisivo para o estabelecimento do chamado “dia burguês” foi a definição da hora zero, à meia-noite, um ponto do dia imperceptível pelo nascer ou pôr do sol (POSTONE, 2014, p. 245-7).

É possível, a partir da digressão feita por Postone, sintetizar aqui os elos que permitiram a evolução da temporalidade medida de forma concreta até o tempo abstrato consolidado no “dia burguês”. Para isso, sucedem-se, em ordem lógica: i) a medição do tempo concreto, marcado e definido pela ocorrência de eventos; ii) o desenvolvimento de instrumentos de marcação de tempo; iii) a divisão do tempo em períodos de duração flexível (frações do período de luz no verão são mais extensas que as frações do período de luz no inverno); a iv) divisão do tempo em intervalos iguais, porém variáveis (horas variáveis, com particularidade); v) a divisão homogênea (horas constantes, intercambiáveis) abstrata do tempo; e vi) a marcação abstrata do início e fim do dia, à meia-noite.

Reiteramos a importância de constatar que o surgimento do tempo abstrato não é um fenômeno contingente. Ele surge como parte de um processo longo e crescente de abstração e quantificação dos objetos e práticas do cotidiano. Além disso, o resgate histórico do surgimento do tempo abstrato permite intuir que esse processo de abstração certamente desempenhou um papel importante na configuração da consciência social. Também é claro que a dominação pelo tempo, assim como a dominação pelo valor, atinge todas as frações da sociedade capitalista: “as formas sociais temporais [...] têm uma vida

própria e são imperiosas para todos os membros da sociedade capitalista – embora de uma maneira que beneficia materialmente a classe burguesa” (POSTONE, 2014, p. 248).

Por fim, com o que foi exposto é possível considerar que o tempo abstrato, assim como o valor, constitui uma norma social aparentemente autônoma, que emerge da vida mediada pelo trabalho. Na próxima seção, ao tratar do mais-valor relativo, podemos notar como o tempo abstrato e seu desenvolvimento são pressupostos das formas progressivamente mais desenvolvidas de dominação capitalista. Além disso, na última seção, poderemos mostrar como a interação entre esse tempo abstrato e o tempo histórico – ambos peculiares ao capitalismo – pode ser considerada uma dimensão temporal da dominação abstrata.

2 Mais-valor relativo e o avanço da dominação sobre o tempo

Antes da parte em que trata do mais-valor relativo, Marx trabalha com o pressuposto de que é constante o trabalho destinado a reproduzir o valor da força de trabalho, isto é, o tempo de trabalho necessário. Isso implica que a ampliação da produção de valor requer expansão absoluta da jornada de trabalho. Ao romper com esse pressuposto, a teoria permite compreender o fato de que a ampliação do valor não se restringe à dinâmica de ampliação absoluta da jornada de trabalho. Pelo contrário, o conceito de mais-valor relativo mostra como a divisão e delimitação do tempo no interior de uma jornada de trabalho com duração total fixa assume um papel decisivo para expansão do valor. Esse conceito também mostra que a mediação social do trabalho e do produto do trabalho pelo valor implica uma necessidade constante de revolução nas técnicas ou métodos de produção e sua progressiva disseminação que, por sua vez, exigem e ao mesmo tempo estimulam a contração do tempo de trabalho necessário – sem a necessidade de qualquer mudança na duração absoluta da jornada de trabalho. Assim, abordar o mais-valor relativo permite a esta parte do trabalho mostrar uma dimensão temporal mais simples do capital, considerando inicialmente que o “domínio [do mais-trabalho] só se expandiria usurpando parte do domínio do trabalho necessário” (MARX, 2013, p. 430). Contudo, no decorrer do texto, procura-se mostrar que a teoria marxiana permite explorar a questão para além da simples oposição entre trabalho necessário e mais-trabalho.

A expansão do mais-valor pelo método absoluto depende da intensidade e da extensão da jornada de trabalho e está condicionada por um lado, por condições físicas

de descanso, alimentação etc., e, por outro, pelo tempo usado para satisfazer necessidades sociais e intelectuais, moralmente estabelecidas em cada época social (Marx, 2013, p. 306-7). O que se percebe no início da quarta seção é que o mais-valor relativo pode ser expandido até mesmo com redução simultânea da intensidade e da extensão dessa jornada. A condição para isso é a redução do tempo de trabalho necessário.

Levando em conta que o trabalho necessário é o que produz o valor suficiente para remuneração do valor da força de trabalho, o expediente para a redução do tempo de trabalho necessário (e ampliação da parcela da jornada destinada a produção de mais-valor) se dá através do barateamento (redução do valor) da própria força de trabalho, que tem seu valor definido pelo seu custo de reprodução, isto é, pelo valor das diversas mercadorias que constituem os meios de subsistência do trabalhador⁵. O que equivale a dizer que é preciso o aumento de produtividade do trabalho nos ramos que produzem essas mercadorias para que diminua, então, o seu tempo médio de produção, pois o aumento da produtividade do trabalho nos ramos que produzem os meios de subsistência do trabalhador faz com que a produção desses valores de uso aumente, enquanto a massa total de valor permaneça inalterada. Como resultado, diminui o valor “individual” contido em cada mercadoria necessária à vida do trabalhador. Essa possibilidade de expansão da produção de mais-valor por vias relativas, por fim, é “impossível sem uma elevação da força produtiva do trabalho” (MARX, 2013, p. 389).

É importante notar que o aumento da força produtiva do trabalho só é capaz de reduzir o valor da própria força de trabalho quando alcança a produção dos meios de subsistência do trabalhador em geral, como, no exemplo dado por Marx, a produção de camisas. Quando revoluciona o modo de produção de camisas em uma escala suficiente, o capitalista indiretamente reduz o valor da força de trabalho. É preciso notar que i) esse efeito é proporcional à participação da mercadoria específica no conjunto de meios de subsistência do trabalhador e ii) o capitalista individual toma decisões práticas que visam lucro, portanto não tem qualquer intenção consciente e direta de baratear a força de trabalho em geral. Ou seja, o mais-valor relativo acontece como o resultado espontâneo e combinado de práticas cotidianas cujas consequências sociais escapam à consciência individual. Em outras palavras, não é para reduzir o custo da força de trabalho ou mesmo

⁵ Ou, no percurso lógico inverso: “Com o valor de seus meios de subsistência está dado o valor de sua força de trabalho, e com o valor de sua força de trabalho está dada a grandeza de seu tempo de trabalho necessário” (MARX, 2013, p. 388).

visando aumentar a taxa geral do mais-valor que o capitalista individual é compelido a revolucionar os métodos de produção, mas é esse o resultado obtido.

O caráter não diretamente intencional da produção do mais-valor relativo é, como o próprio Marx indica, uma espécie de antecipação de sua análise da concorrência capitalista que, sublinha ele, precisa ser precedida pela apreensão da lógica interna do capital (Marx, 2013, p. 391). Mas a consequência social não intencional de atividades individuais intencionais representa também uma evolução da concepção de Marx sobre o par teoria e prática, anunciada de forma enfática por Marx já ao final do primeiro capítulo, na seção sobre o caráter fetichista da mercadoria. Ali o autor observa que as pessoas não trocam porque consideram seus produtos “invólucros materiais de trabalho humano”, mas ao realizar a troca simples e equiparar produtos diferentes como iguais valores é justamente o que fazem. “Eles não sabem disso, mas o fazem” (MARX, 2013, p. 149). No contexto do conceito de mais-valor relativo, Marx está interessado em mostrar que as tendências gerais do capital precisam divergir das suas formas de manifestação⁶, inclusive na mente dos capitalistas (Marx, 2013, p. 391).

Na explanação do conceito de mais-valor relativo, Marx deixa claro que a concorrência capitalista ainda não é o enfoque do argumento. Mesmo assim, o elemento essencial do impulso expansivo capitalista pode ser revelado ao considerar que i) com revoluções nos métodos de produção que permitem produzir mais valores de uso em menos tempo, as mercadorias assim produzidas possuirão, “individualmente”, menos valor; ii) como já mostramos no presente texto, o valor enquanto produto do tempo de trabalho socialmente necessário é uma medida social, e não individual; e iii) Marx está pressupondo que as mercadorias são vendidas pelos seus valores. Considerando esses três elementos, fica inteligível a maneira pela qual o capitalista consegue, por um lado, vender

⁶ Esse tipo de constatação, no plano geral, é importante não apenas no âmbito da economia e da história, mas também para todos os processos que envolvem a relação entre consciência e práticas (muitas vezes simples) das quais surgem amplas mediações, como observado por Lukács (2012, p. 318). Também é precisamente com esse tipo de constatação que Bhaskar (1998 [1979], p. 38) procura, no campo da filosofia da ciência, enfatizar a distinção entre indivíduo e sociedade, especialmente no que diz respeito à intencionalidade da ação do primeiro. Não será possível desenvolver essa questão no presente texto, mas seria possível mostrar como isso se adequa à dominação dos sujeitos pela dualidade temporal do capital. Partindo da dinâmica de transformação e reconstituição apontada por Postone, é possível indicar que o revolucionamento dos métodos de produção, quando disseminado, ao invés de permitir a mudança do tempo social de trabalho necessário, faz justamente o oposto: como o tempo de trabalho abstrato é a medida da riqueza social, a hora média de trabalho social acaba sendo reconstituída pela disseminação do novo nível de produtividade, *reforçando* uma necessidade temporal de trabalho que, aos olhos do indivíduo, a produtividade aumentada *satisfaz*.

suas mercadorias de “valor individual” reduzido por um valor que supera aquele que foi nelas incorporado individualmente.

Por outro lado, pela dinâmica do mercado, o escoamento do dobro de produtos exigiria imediatamente o dobro de demanda. Como o capitalista que revoluciona sua forma de produzir está, por definição, à frente dos seus pares, mas também à frente da própria necessidade presente de consumo, para que consiga escoar sua excepcional produção, o preço de venda deve também ser menor que o valor socialmente determinado para aquela mercadoria. Em síntese, o capitalista “as venderá [...] acima de seu valor individual, porém abaixo de seu valor social” (MARX, 2013, p. 392). Dessa forma, Marx explica a tendência de aumento de produtividade como aquilo que permite ao capitalista realizar, temporariamente, uma massa maior de valores do que a média dos concorrentes, mesmo que suas mercadorias contendam, “individualmente”, menos valor. Também é por isso que, uma vez que o método excepcionalmente produtivo desse capitalista tenha sido efetivamente disseminado pela força da concorrência, o mais-valor adicionado por essa via excepcional desaparece com a igualação do valor “individual” e do valor “social” dos produtos. Ao fim desse processo, todas as mercadorias de um ramo têm seu valor individual reduzido ao mesmo nível, que se torna o novo nível social. Se esse for um ramo de produção que afete o valor dos meios de subsistência do trabalhador, então a taxa geral de mais-valor de todos os outros ramos pode ser aumentada através do mais-valor relativo (Marx, 2013, p. 393).

São considerados ramos ou indústrias que afetam o custo da força de trabalho tanto aquelas que produzem os próprios meios de subsistência em “sua forma última” quanto aqueles que produzem os meios para produção dessas mercadorias (Marx, 2013, p. 390). Em outras palavras, tanto o barateamento de camisas prontas quanto o barateamento de tecido ou de máquinas de costura têm um efeito no valor de força de trabalho, que é proporcional à importância da camisa para a subsistência do trabalhador. Ao nosso ver, os exemplos oferecidos por Marx nessa parte (botas, couro, piche, cordão, camisas), além de alinhados às revoluções de produtividade da maquinaria vivenciadas no século XIX, cumprem também a função didática de permitir isolar a lógica pela qual os ramos da indústria efetivamente interferem no custo de vida dos trabalhadores. Contudo, parece ser oportuno adiantar exemplos que mostram a extensão da dinâmica do mais-valor relativo.

Levando em conta os efeitos teóricos da cooperação, no início da quinta seção, Marx amplia o conceito de trabalho produtivo para incluir não apenas aquele trabalho diretamente envolvido na produção material, mas também aqueles como o do mestre-

escola, e reforça que “a produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, mas essencialmente produção de mais-valor. [...] Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista *ou serve à autovalorização do capital*” (MARX, 2013, p. 578, itálico adicionado). Ao que parece, isso habilita incluir, ao lado dos ramos que produzem meios de subsistência e dos que produzem os seus meios de produção, também setores sociais dedicados ao desenvolvimento de tecnologias e conhecimento como capazes servir à autovalorização do capital, barateando a produção dos meios de subsistência do trabalhador (liberando assim, a conversão de tempo de trabalho necessário em tempo de mais-trabalho).

Se forem considerados, além disso, setores responsáveis pela oferta de transporte público coletivo, assim como tantos outros setores que influenciam no custo de reprodução da força de trabalho, fica patente que a expansão do mais-valor relativo é capaz de mobilizar, na prática, uma variedade muito ampla de atividades. Mesmo com essa incursão de caráter introdutório, já foi possível mostrar que o mais-valor relativo conecta certos setores da produção material em função da ampliação do tempo de mais-trabalho contra o tempo de trabalho necessário. A exposição feita por Postone, porém, deixa claro que além de produzir essa tendência social virtualmente irrestrita de compressão do tempo de trabalho necessário com intensidade e amplitude virtualmente irrestritas, a lógica do conceito de mais-valor relativo fornece a chave para entender a forma de dominação social do tempo propriamente capitalista.

Na próxima seção deste artigo, procuramos mostrar como a análise dessas categorias fundamentais permite que Postone desenvolva o argumento marxiano para uma dimensão temporal da crítica ao trabalho no capitalismo.

3 Tempo abstrato e tempo histórico: necessidade temporal estática e dinâmica

Nas páginas iniciais deste texto foi possível considerar a medida abstrata do trabalho que gera valor e também a origem histórica dessa medida. A partir da própria formulação marxiana, também consideramos o conceito de mais-valor relativo como lógica de ampliação de valor que relaciona transformações sociais no modo de produzir e a ampliação virtualmente irrestrita do tempo de mais-trabalho. Agora, voltando a atenção para aquele segundo momento da análise crítica do tempo a que nos referimos inicialmente, é possível compreender como o capitalismo moderno desenvolve duas temporalidades próprias, a temporalidade abstrata e a temporalidade histórica. Para isso, será feito i) um resgate da contradição entre riqueza material e valor, mostrando como ela

produz uma dinâmica de “efeito esteira” [*treadmill effect*]; em seguida será discutido ii) como essa dinâmica influencia a relação entre o tempo abstrato e o tempo histórico; e por fim concluímos com o resultado dessa relação: iii) a transformação e reconstituição contínua da sociedade dominada pelo valor. O objetivo dessa parte é mostrar que o capitalismo produz, simultaneamente, uma necessidade temporal estática (no sentido de sempre retornar a uma medida média social abstrata e independente das necessidades materiais) e uma necessidade temporal dinâmica (no sentido de constante reformulação dos modos de vida e desenvolvimento dos padrões de produtividade).

Ao começar o esboço da tendência que pretende mostrar, Postone assinala que já deu muita ênfase ao caráter dual das formas sociais capitalistas, estabelecendo uma divisão entre a dimensão do valor (trabalho abstrato, valor, tempo abstrato) e a dimensão do valor de uso (trabalho concreto, riqueza material, tempo concreto). O efeito esteira e as considerações seguintes sobre o tempo mostram que a interação entre esses dois polos das categorias marxianas não é uma “oposição estática” (não se excluem mutuamente), mas sim que essa interação tem como produto uma dinâmica imanente (Postone, 2014, p. 330).

Nesse contexto, a categoria marxiana mais desenvolvida é a do mais-valor relativo – que foi investigada e apresentada seção anterior. A partir da derivação dessa categoria é possível perceber uma dinâmica imanente à contradição entre riqueza material e valor cuja análise, a despeito de sua importância, escapa ao escopo proposto pelo presente texto. Mas é importante observar brevemente alguns aspectos dessa contradição. Ela adquire um contorno nítido pelo fato de que “embora o aumento na produtividade resulte em mais riqueza material, o novo nível de produtividade, uma vez generalizado, produz a mesma quantidade de valor por unidade de tempo, do mesmo modo que antes do seu aumento” (POSTONE, 2014, p. 332).

Ou seja, a produtividade aumentada gera mais valores de uso, e não mais valor⁷. Mas a produtividade aumentada afeta a própria unidade temporal de medida: o aumento de produtividade não altera a quantidade de valor produzido na hora de trabalho abstrato, mas reduz a quantidade de tempo de trabalho abstrato necessária para a produção de uma

⁷ Para tratar da questão com rigor, é prudente ter em mente que com a sustentação de setores com produtividade excepcionalmente alta, tais setores conseguem, via relações de mercado e enquanto durar sua posição de excepcionalmente produtivos, realizar suas mercadorias a um valor individual maior do que a média das outras (como mostramos na seção sobre mais-valor relativo). A partir disso pode ser dito que o total de valor realizado, em última instância, também aumenta temporariamente. Apesar disso, esse parece ser um elemento que pode ser abstraído pois não captura a essência do argumento marxiano: produtividade não gera valor.

mesma quantidade de riqueza material, de valores de uso. Com isso, a unidade de medida em tempo para determinada produção material se altera. Aquela 1 hora de tempo de trabalho abstrato que antes media a produção de x mercadorias agora é reduzida para menos que uma hora para a produção das mesmas x mercadorias.

Estamos, assim, diante do seguinte paradoxo aparente: a grandeza do valor é uma função apenas do tempo de trabalho, medido por uma variável independente (tempo abstrato), mas a unidade de tempo constante em si, aparentemente, é uma variável dependente, redeterminada com mudanças na produtividade (POSTONE, 2014, p. 332).

Esse paradoxo resulta de que, por um lado, o valor é produzido pelo trabalho abstrato, que é medido por um tempo abstrato e que não depende de eventos como a incorporação de técnicas (a jornada de trabalho ou o tempo de trabalho não mudam com esses eventos). Mas, por outro lado, essa unidade de tempo é, simultaneamente, uma função de um evento: as alterações na produtividade do trabalho (o tempo de trabalho abstrato necessário para uma dada produção de riqueza material muda em função desses eventos). Em outras palavras, o tempo de trabalho que produz valor é independente de eventos, enquanto o tempo de trabalho que produz riqueza é dependente, mas, como o valor é a mediação social das relações no capitalismo, a medida temporal da riqueza é substituída pela medida do valor.

O resultado é que as dimensões do valor e do valor de uso se determinam reciprocamente, produzindo uma dinâmica imanente. A dimensão do valor de uso determina a dimensão do valor quando o nível de produtividade determina o tempo de trabalho socialmente necessário para produção de determinada mercadoria. A dimensão do valor determina a dimensão do valor de uso quando a razão entre valor produzido e tempo abstrato permanece – depois da disseminação da mudança na produtividade – a mesma que era; e, com isso, a hora de trabalho social determina aquele nível de produtividade como “novo nível básico”.

Assim, a hora de trabalho social é medida simultaneamente por uma forma de tempo abstrata e outra concreta. Enquanto medida pelo tempo abstrato, a hora de trabalho social não muda, mas enquanto medida pelo tempo concreto, essa hora muda de acordo com a produtividade. Por isso, considerando a medida ou a variável de tempo que emerge da dinâmica do valor e do valor de uso, pode-se dizer que essa constante temporal é ao mesmo tempo constante e não constante (POSTONE, 2014, p. 336). Esse processo “está no

cerne de uma dinâmica dialética intrínseca à totalidade social constituída pelo trabalho determinado pela mercadoria” (POSTONE, 2014, p. 333).

O que exatamente significa essa dinâmica “dialética”, “intrínseca à totalidade social”, que é, por sua vez, “constituída pelo trabalho determinado pela mercadoria”? Em primeiro lugar, precisamos entender que a dinâmica é “dialética” pois envolve dois lados opostos que guardam uma relação de identidade e de não-identidade, ou seja, na interação entre as dimensões de valor e valor de uso, o tempo é simultaneamente uma variável dependente e independente. Em segundo, essa dinâmica é “intrínseca à totalidade social” pois emerge da principal (dominante, predominante, central) forma de mediação social entre as práticas individuais e as estruturas sociais, que é o trabalho: indivíduos pertencem à sociedade porque trabalham, em lugar de trabalhar porque pertencem (DUAYER, 2021). E essa totalidade, por fim, é “constituída pelo trabalho determinado pela mercadoria” em razão do tipo específico do modo de produção capitalista.

A dinâmica que acabamos de comentar é o que gera o chamado efeito esteira [*treadmill effect*]. Como já indicamos, o aumento excepcional da produtividade faz, durante um período limitado de tempo, com que o volume de valor produzido dentro de cada unidade de tempo aumente. Isso estimula a difusão da técnica ou método que eleva os padrões de produtividade e permite esse tipo de vantagem. Contudo, quando esses métodos e técnicas são generalizados, a unidade de tempo volta a produzir a mesma quantidade média de valor. A repetição desse movimento *ad infinitum* é o que se denomina de efeito esteira. Como a riqueza social não é medida pela riqueza material, mas sim pelo valor, toda vez que um ciclo de transformação da produtividade se completa⁸, a necessidade de expansão do valor é reforçada. E como o valor é determinado pelo tempo de trabalho abstrato, esse tempo não pode ser reduzido, mesmo que a mesma hora de trabalho produza mais valores de uso. Em outras palavras, como o tempo de trabalho é a medida da riqueza social, o retorno à mesma capacidade de produzir valor faz com que também retorne o impulso para alcançar níveis de produtividade maiores: “Uma consequência de medir a riqueza pelo tempo de trabalho é que, ao ser redeterminada pelo aumento [e difusão] da produtividade, a constante temporal induz, por sua vez, uma produtividade ainda maior” (POSTONE, 2014, p. 334).

Enquanto lógica de constante retorno ao nível de produção de valor, esse movimento de esteira tem uma necessidade temporal alienada e estática. Do ponto de

⁸ Note-se que, a rigor, esse não é um processo “estanque” e que os padrões de produtividade são, no capitalismo, intensa e constantemente transformados.

vista da história, o tempo abstrato, a medida do valor, não expressa nenhum fluxo. Esse tempo, constante e uniforme é, no fim das contas, historicamente estático (Postone, 2014, p. 338). Mas a lei do valor de Marx não se resume a apreensão de uma necessidade temporal estática. A teoria é dinâmica na medida em que captura um processo cujo resultado são transformações sociais incessantes. Nos próximos parágrafos, considerando também a dimensão histórica da temporalidade no capitalismo, mostramos como a dinâmica de efeito esteira [*treadmill effect*] influencia a interação entre o tempo abstrato e o tempo histórico, ambos próprios da dinâmica capitalista.

Como já foi dito, a dinâmica que cria esse efeito esteira emerge da interação entre as dimensões do valor e do valor de uso. Mas até aqui não foi possível explicar, devidamente, como é possível compreender temporalmente a evolução da produtividade – que “é fundamentada no caráter social da dimensão do valor de uso do trabalho” (POSTONE, 2014, p. 337). Mesmo que a dimensão do valor de uso desempenhe um papel determinante na reconstituição da unidade temporal, fica claro que essa é uma interação governada pela dimensão do valor. A produtividade é capaz de se manifestar temporalmente apenas na esfera de produção “individual” de valor, mas ela não é determinante para o valor total da produção. Por isso, é preciso uma forma de temporalidade na qual a evolução da produtividade consiga se manifestar: o tempo histórico.

Embora o tempo abstrato do capitalismo seja independente das mudanças na produtividade, o tempo histórico não é. Considerando o tempo histórico, é possível observar que a hora constante de trabalho, embora gere o mesmo valor total, se torna “mais densa” (POSTONE, 2014, p. 336). O avanço temporal desse processo só pode ser visto a partir de uma ordem superior que extrapola o tempo simplesmente cronológico, ou abstrato newtoniano. Se esse processo fosse medido pelo tempo matemático, a dinâmica gerada pelo efeito esteira não permitiria capturar o caráter processual do movimento que a teoria procura explicar.

Mesmo considerando a redeterminação do novo nível de produtividade como novo nível básico, ele não deixa de ser, para repetir, um *novo* nível de produtividade. Isto é, mesmo que a unidade temporal abstrata não seja alterada em termos do próprio tempo abstrato, o que acontece é um reposicionamento dessa unidade: “todo o eixo temporal abstrato, ou quadro de referência, é movido com cada aumento socialmente geral da produtividade; tanto a hora de trabalho social como o nível de produtividade são movidos ‘para frente no tempo’” (POSTONE, 2014, p. 337). Em suma, embora a unidade temporal

abstrata não mude, ela é deslocada para uma nova posição em relação à produtividade social geral.

O movimento que *resulta* da constante redeterminação do tempo abstrato não pode ser medido por uma variável independente de eventos, pois esse movimento é, em si, dependente dos avanços da produtividade. Por isso, não é suficiente usar apenas uma medida em termos de tempo abstrato. É preciso considerar uma forma de tempo concreto que torne inteligível o movimento de redeterminação do tempo abstrato. Em síntese, o fluxo de transformação e redeterminação faz com que o tempo abstrato seja expresso numa forma de tempo histórico característica do capitalismo.

Miller (2004, p. 217, 220) considera essa a parte mais inovadora da contribuição de Postone, que não apenas identifica duas maneiras de medição do tempo (concreto e abstrato), mas duas formas de tempo cuja interação constitui o tempo característico do capitalismo. A autora, contudo, avalia que Postone não esclareceu de maneira suficiente o tempo histórico enquanto elemento definidor de sociedades não capitalistas, ou seja, o que define um tempo histórico que não seja esse, característico do capital. O campo de conjecturas sobre tempos históricos futuros é uma seara pouco produtiva para os objetivos deste artigo, mas é interessante mencionar ao um exemplo de tempo histórico a partir do estudo de Le Goff. Para esse autor, o tempo da igreja cristã medieval possuía um sentido dado pela certeza da salvação, cuja distância em tempo dependia da cooperação entre Igreja, apóstolos, santos, pecadores etc. na transformação do mundo enquanto local de trabalho do presente para a salvação. Essa concepção do “tempo da igreja” em conflito com o “tempo do mercador”, na medida em que determinava o processo de secularização, base e contexto de atividades sociais tais como o tempo de trabalho e as condições de produção econômica e intelectual, pode ser considerada uma enquanto tempo histórico não-capitalista (Le Goff, 1980, pp. 31-33).

As duas formas de temporalidade descritas por Postone, portanto, emergem de uma dinâmica capitalista, histórico-específica, e são articuladas entre si. É nesse contexto que o autor afirma que “a dialética das duas dimensões do trabalho no capitalismo também pode ser entendida temporalmente, como uma dialética de duas formas de tempo” (POSTONE, 2014, p. 337).

Do ponto de vista da história, o tempo abstrato por si, enquanto unidade de medida, não expressa nenhum fluxo. Esse tempo, constante e uniforme é, no fim das contas, historicamente estático (Postone, 2014, p. 338). O tempo histórico, por sua vez, não pode ser confundido com uma duração temporal independente, dentro da qual acontecem

eventos. Ele é um tempo dependente da atividade humana, criado a partir dela, mas mede o movimento do tempo abstrato dentro da atividade humana, ao invés de medir a atividade humana “ao longo do tempo”. Em síntese, no capitalismo, “o tempo histórico [...] é o movimento *do tempo* em oposição ao movimento *no tempo*” (POSTONE, 2014, p. 338).

Desta maneira, o tempo histórico expressa a dinâmica da totalidade social, que tem os seguintes aspectos: i) implica o desenvolvimento contínuo da produtividade; ii) constitui formas historicamente determinadas de subjetividade, interações e valores sociais; iii) esse tempo não tem o caráter de fluxo uniforme, mas pode acelerar mais ou menos⁹, com base em processos mais ou menos intensos de reconstituição dos padrões de valor, já que essa é uma forma de tempo *dependente* de processos e atividades humanas. Por isso, é possível dizer que o tempo histórico capitalista em sua interação com o tempo abstrato possui movimento, direção e aceleração derivadas de práticas sociais mediadas pelo valor. Com a diferenciação de tempo enquanto variável dependente e independente de eventos, que mostramos na primeira parte deste artigo, e com o desenvolvimento conceitual do tempo histórico e do efeito esteira, Postone mostra que as categorias centrais da teoria marxiana podem ser mobilizadas para uma discussão sobre o tempo no capitalismo, colocado em primeiro plano da análise.

Considerações finais

Na primeira seção, mostramos como se constitui historicamente uma forma abstrata de medição do tempo, independente de eventos. Destacamos que o tempo abstrato enquanto medida das atividades é um elemento ativamente estimulado pela vida social *pari passu* à ascensão da mercadoria como forma dominante de mediação. Na segunda, exploramos o conceito de mais-valor relativo como encontrado no texto marxiano, para indicar algumas consequências teóricas que permitem sustentar o argumento de Postone, explorado na terceira seção, quanto à interação de tempo abstrato e tempo histórico, sobretudo a constituição do chamado *treadmill effect* e, em consequência dele, a constante presentificação da necessidade de produção de valor.

Em conclusão, do ponto de vista de uma crítica marxista do tempo no capitalismo, um resultado importante do trabalho de Postone é mostrar que a teoria do valor marxiana permite entender a sociedade capitalista como uma interação dialética

⁹ Embora seja logicamente possível uma redução na aceleração, o fluxo descrito tende a ser, por necessidade da própria produção crescente de valor, crescentemente acelerado.

entre duas dimensões da forma-mercadoria. Também permite entender que essa dialética tem sua dimensão temporal, evidenciada pela relação intrínseca entre tempo abstrato e tempo histórico. O tempo histórico é dependente de eventos, contudo, não deixa de ser essencialmente capitalista. Embora a estrutura temporal que foi descrita ao longo do texto possa ser entendida como uma oposição entre uma dimensão formal abstrata e uma dimensão que diz respeito a um processo concreto, não se pode deduzir disso que essa oposição marca também uma divisão entre um momento capitalista e outro momento não-capitalista (isto é, não procede o entendimento de que contra a dominação do tempo abstrato seria possível propor uma dinâmica social orientada por esse tempo histórico que acabamos de analisar).

Essas dimensões interagem dentro de um mesmo quadro de relações capitalistas, produzindo conjuntamente uma dinâmica específica. Portanto, o tempo histórico não pode representar um momento não-capitalista. Além disso, deve ser notado que o conteúdo histórico por trás da dinâmica da unidade abstrata do tempo também é uma expressão de relações alienadas e, assim, o momento temporal histórico também é uma forma de manifestação não social e não histórica (Postone, 2014, p. 340). Com isso, mostra-se não somente que o tempo histórico é essencialmente capitalista, mas também que é revelada uma forma peculiar de dominação capitalista da história pelo tempo, que pôde ser teoricamente desdobrada neste texto partir do mais-valor relativo enquanto expediente de expansão do capital.

Referências Bibliográficas

BHASKAR, Roy. Societies. In: **The Possibility of Naturalism: A Philosophical Critique of the Contemporary Human Sciences**. London, New York: Routledge (1998 [1979]).

_____, Roy. **A Realist Theory of Science**. London, New York: Routledge, 2008 [1975], 310 p.

BOOTH, William J. Economies of Time: On the Idea of Time in Marx's Political. **Political Theory**, v. 19, n. 1, fev 1991, pp. 7-27

DUAYER, Mario. Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica do trabalho. **Revista Em Pauta**. v. 10, n. 29, jan/jun 2012, pp. 35-47

LANDES, David S. **Revolution in time**. Cambridge: Harvard Press, 1980.

LE GOFF, Jacques. Merchant's Time and Church's Time in the Middle Ages. In: **Time, Work, and Culture in the Middle Ages**. Trad. para inglês: Arthur Goldhammer. Chicago: University of Chicago Press, 1980. pp. 29-42.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social** – vol. I. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da Economia Política, Livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo, Boitempo, 2013.

MILLER, Karen. The Question of Time in Postone's Time, Labor and Social Domination. **Historical Materialism**, v. 12, n. 3, p. 209-237, 2004.

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social**. São Paulo: Boitempo, 2014.

THOMPSON, Edward P. Time, work-discipline, and industrial capitalism. **Past & present**, n. 38, p. 56-97, 1967.

WHITROW, Gerald J. **The nature of time**. Londres: Penguin, 1975.